

Discurso na audiência com os presidentes das associações nacionais dos sindicatos da pequena e microempresa, da pequena indústria e do comércio e presidentes de federações estaduais da pequena e média empresa

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 29 DE SETEMBRO DE 1998

Dr. Coury; Companheiros que aqui se encontram,

Nada mais oportuno de que nós termos este encontro, neste momento em que estamos nos aproximando, no Congresso Nacional, de várias discussões importantes sobre o futuro do Brasil nas reformas, nas questões tributárias, e assim por diante.

Agradeço as referências feitas. Quero lhes dizer que se eu, antes, já estava convencido da importância crucial da pequena e da microempresa, agora esse convencimento só faz aumentar.

E só faz aumentar por várias razões. Ainda hoje mesmo, conversando com uma pessoa que é italiana, a respeito da economia da Itália, eu recordava que, há alguns anos, eu fui a uma reunião, na Universidade de Bolonha – perto de Bolonha, na verdade, aonde ia com certa frequência, como professor – e lá conversei muito com algumas autoridades e empresários locais. E o milagre daquela região era a pequena empresa, a pequena empresa, que conseguiu se modernizar, com tecnologia avançada.

E hoje, conversando com esse amigo, eu perguntava a respeito da Itália. Ele me disse o seguinte: “Olha, a Itália, uma coisa é o que acontece no mundo, nas grandes empresas, mas isso não abala o que acontece na imensa quantidade de pequenas empresas, modernas, dinâmicas, que movem a economia italiana.”

E, também, me recordo de que, uma vez, eu tinha voltado, justamente, de uma das viagens à Itália, e havia uma feira de tecnologia em São Carlos, e eu me referi a esse fato. E se hoje nós andarmos pelo interior do Brasil, vamos ver que a pujança do interior deriva, em grande parte, da pequena e microempresa.

Nós estamos sempre com os olhos voltados para as grandes empresas – que são necessárias, são essenciais, mormente no mundo globalizado – mas não podemos deixar de olhar o que acontece ao redor delas. E, muitas vezes, digamos, afogando-as num mar de outras atividades, de pequenas e microempresas.

É certo que o grande canal de oferta de emprego situa-se nas pequenas e microempresas. E, num mundo que requer mais empregos, claro que as pequenas e microempresas têm que estar presentes. E agora, que o Brasil vai entrar numa fase em que vai ter que exportar mais, mais ainda – a despeito das dificuldades – nós vamos precisar mais e mais das pequenas e microempresas. O BNDES já tem linhas para isso.

Agora mesmo, recentemente – na semana passada – o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) deu um crédito de 1 bilhão e 100 milhões de reais ao Brasil e uma parte desse crédito é para as pequenas e microempresas. Então, nós temos que dinamizar a fluidez desses recursos.

E aí se entra na outra questão, que é a questão dos juros diferenciados. Não só através do BNDES, mas também através do Ministério do Trabalho, onde há programas que são específicos para o pequeno e médio empresário, é preciso que exista uma maior fluidez desses programas, para que eles possam, realmente, propiciar aquilo que nós queremos, que é um desenvolvimento mais sadio.

E, curiosamente, foi mais fácil implantar no campo um mecanismo de assistência à pequena unidade familiar de produção do que na cidade. O Pronaf é um programa que nós criamos neste Governo, para

atender a pequena unidade de produção familiar, que hoje dispõe de cerca de 2 bilhões e 300 milhões de reais de recursos e uma taxa de juros de 4,75%. Se nós formos comparar o que houve de acesso a esse Programa – mais de 500 mil famílias já recebem esse crédito – com o que se conseguiu na área urbana, ver-se-á que se conseguiu muito mais no campo do que na cidade. Sabem por quê? Pela falta de capilaridade do sistema bancário.

Essa é uma questão que nós temos que enfrentar. Quer dizer, às vezes, há as linhas de crédito, porque o BNDES não é um banco de agências, é um banco das grandes linhas de crédito. Ele repassa os recursos. E aí nós precisamos da fluidez do sistema bancário. E nós temos que mexer aí, nesse ponto, para que as exigências não sejam de tal natureza que, mesmo havendo dinheiro disponível, não haja tomador, porque o tomador desiste pelo esforço imenso que tem que fazer para chegar até a obtenção desse crédito. Acho que, sem dúvida alguma, essa questão tem que ser mais atendida. Não é só pelo Governo, pela empresa privada, também, porque os canais são da empresa privada. O sistema é bancário, público e privado.

Queremos, incentivar a exportação – e os senhores sabem que, nas linhas de crédito para exportação, a exportação não é vista só como o produto que se exporta, mas a cadeia produtiva toda. E, portanto, quem produz partes de um produto que vai ser exportado também pode beneficiar-se desses programas – verão que aí também já existe um início, digamos, de apoio que tem que ser ampliado. E nós temos um programa, uma Secretaria chamada Camex, que é a Câmara de Comércio Exterior, que é importante para que nós possamos, realmente, reorganizar a produção brasileira e atar esses elos – que ainda andam soltos – entre vontades do Governo, da burocracia – às vezes, má vontade – e necessidades do produtor. De modo que não tenho dúvida quanto a isso.

Quero lhes dizer também que eu fui e sou entusiasta do Simples. Acho que ele teve resultados. São milhões de empresas que estão inseridas no Simples. Tenho feito apelos constantes aos governadores para que o ICMS também possa ser utilizado, ou melhor, pago através do mecanismo do Simples. Alguns governadores criaram nos seus Estados

algo semelhante ao Simples. Tudo bem. O objetivo não é que o Governo Federal controle a arrecadação. É que as pessoas possam ter um mecanismo mais rápido e eficaz de arrecadação e que se diminua a chamada informalidade, que acaba sendo um prejuízo para todo mundo. Então, não tenho dúvida de que é preciso, realmente, ampliar. E, certamente, nas discussões sobre a reforma tributária, nós vamos entrar nessas questões. Não quero me adiantar, porque depende de muitas negociações e estudos. Mas é o que está na ordem do dia.

Por fim, não quero deixar de me referir ao Sebrae, porque, efetivamente, ele é um órgão que tem como um dos seus objetivos o apoio às pequenas e microempresas. E acho que é razoável, mais do que razoável, é necessário que exista uma representação direta dos pequenos e microempresários no Sebrae.

Acho que, agora, na oportunidade também que o Brasil vai ter de discutir as questões fiscais e tributárias, nós temos que dar mais atenção a esses recursos, que, no fundo, são recursos fiscais. São formas de imposto que são delegadas a órgãos que não são do Governo. Mas, na verdade, a responsabilidade tem que ser uma responsabilidade pública. E, cada vez mais, uma responsabilidade pública desses órgãos. O Sebrae está participando dessa questão do esforço exportador, mas acredito que nós vamos ter que repensar o conjunto desse sistema. E, no momento de fazer essa reorganização, certamente, não só a reivindicação dos senhores, mas a minha vontade, que é idêntica, de que haja, efetivamente, uma participação dos senhores vai se fazer presente.

De modo que agradeço mais uma vez essa possibilidade de nos encontrarmos aqui e podermos reafirmar a coincidência dos nossos pontos de vista. E tenho certeza de que nós vamos estar juntos nesse Brasil, que tem que ser cada vez mais dinâmico, oferecer cada vez mais emprego, baixar cada vez mais as taxas de juros e propiciar cada vez mais que exista o aproveitamento, por todos, da tecnologia disponível.

Muitíssimo obrigado.